



PAINEL DE DISCUSSÃO: A CONCERTAÇÃO ENTRE DIPLOMACIA, COOPERAÇÃO E NEGÓCIOS

José Lamego

A Cooperação portuguesa tem-se caracterizado, em primeiro lugar pela concentração da ajuda num conjunto de países que resultam da descolonização. Curiosamente são países que, do ponto de vista multilateral, estão na primeira linha de prioridades da ajuda ao desenvolvimento (com excepção talvez de Angola).

Em segundo lugar, tradicionalmente o nosso modelo de cooperação tem uma grande predominância bilateral, apesar do Sr. Secretário de Estado ter lançado algumas pistas para reformulação desta situação. As áreas privilegiadas têm sido a educação e, de uma forma mais global, a reestruturação do aparelho de Estado com uma vertente que deve ser encarecida, que é a cooperação tecnico-militar que foi importante na transição para as independências e depois para a paz em alguns destes países, tendo sido fundamental no sentido de formar forças armadas despartidarizadas e mais eficientes e em estreita articulação com alguma conceptualização geopolítica e geoestratégica nomeadamente para a África Austral na área da defesa. Uma característica negativa era a excessiva pulverização dos projectos de cooperação.

Outra questão que, sendo conceptual tem efeitos práticos, é a confusão recorrente ou sobreposição entre aquilo que é Ajuda Pública ao Desenvolvimento e o que é internacionalização de empresas. Esta confusão levou a que muitas vezes, quer ao nível institucional quer no plano da canalização dos recursos públicos, houvesse, sob um manto pouco especificado de uma ideia geral de cooperação, uma certa ideia assistencialista relativamente a projectos empresariais que do ponto de vista da selectividade não seriam rentáveis e sustentáveis noutros planos.

Nos últimos anos, nomeadamente os dois países objecto deste estudo, tem havido da parte portuguesa algumas histórias de sucesso consideráveis. Do ponto de vista de negócios, devemos promover a ida para esses países das melhores empresas e de maior dimensão, porque isso é que é estruturante. O sector financeiro português está muito implantado nesses dois países, derivado não de uma acção pilotada a nível político mas pela própria natureza das coisas. Na altura das privatizações em Moçambique, concluiu-se uma presença portuguesa de cerca de 70% do mercado financeiro moçambicano, de tal forma que teve de ser feito um apelo político para que não houvesse uma presença excessiva (na última instituição financeira moçambicana que foi privatizada não houve nenhuma empresa portuguesa exactamente por vontade política). Neste momento em Angola é também um

sector onde já existe uma presença significativa (BFA, BPI, BES, BCP, CGD através de parcerias com o Santander-Totta...). Há de facto uma presença significativa, ainda mais ao nível da banca comercial, mas a muito curto-prazo de banca de investimento. Nós transferimos para esses países um sector financeiro que em termos europeus é moderno, eficiente, e que é do melhor que temos.

Outro sector com potencialidades e que pode até agregar alguma projecção geopolítica desses países na região é o sector das telecomunicações. Neste momento a Portugal Telecom tem uma presença considerável numa operação interessante em Angola, acaba de ganhar na Namíbia, de adquirir uma licença em Kinshasa e vai estar presente igualmente a curto-prazo em Brazaville, para além de ter, embora a um nível inferior do que seriam os nossos interesses, uma presença no sistema de telecomunicações em Moçambique. O sector das telecomunicações vai ser autonomizado com uma lógica cujos pontos focais estão na África Austral e isso pode conferir alguma racionalização e projecção geopolítica, por exemplo a partir de Angola para outros países da região. Penso que Portugal também pode contribuir no sentido da estruturação do sistema económico e financeiro desses países para, em primeiro lugar, acentuar a sua especificidade regional e, em segundo lugar, os projectar regionalmente.

Diria para concluir que sempre se fez diplomacia económica. O facto de isso ter sido assumido é sempre bom porque há um efeito de feed-back das opiniões públicas relativamente aos decisores políticos. Os nossos diplomatas têm uma grande tradição e treino na diplomacia bilateral e política, mas possuem deficiências na actuação nas instituições multilaterais e têm uma insuficiente cultura económica. Estão a ser tomadas algumas medidas para colmatar isso. Um certo tema passar a figurar na agenda é bom, mas não é de repente que se repercute na cultura dos agentes administrativos do Estado.

Por outro lado, há neste momento uma outra área que está a assumir um particular dinamismo, que é uma alavanca de captação de investimento estrangeiro. Isto vem reforçar toda a dinâmica geral.

Eu tenho uma visão bastante liberal do funcionamento da economia e do Estado. Acho que grandes empresas não precisam muito do Estado; sou contra um modelo económico baseado numa economia assistencialista e, nesse sentido, acho que a política deve em primeiro lugar criar um enquadramento estável da relação. Daí que uma relação Estado-a-Estado correcta, pragmática, não-ideológica, com algumas solidariedades na concertação diplomática (obtidas por exemplo no quadro da CPLP), é muito importante e não constitui uma instrumentalização directa da diplomacia ao serviço dos negócios. Os embaixadores em Angola e Moçambique têm uma consciência muito clara de que precisam de ter informação económica e que têm de apoiar os dossiers económicos, mas é mais fundamental criar um quadro estável de respeito recíproco e de relações fluidas, do que intervirem com um telefonema a dizerem que há um interesse português no empreendimento A ou na privatização B. E isto independentemente das contingências da alternância política e das interpretações diferentes que possam existir. Em Portugal, houve sempre a consciência de que as relações com estes países e com o conjunto dos Estados que constituem a CPLP é um objectivo estável da política externa e, portanto, tem de ser colocado ao abrigo da polémica politico-partidária, fazendo parte de um grande consenso nacional.

É muito importante que estas reflexões muito genéricas e as impressões que temos em resultado da nossa experiência prática possam vir a ser sustentadas por estudos académicos e com base científica, já que uma das principais deficiências em Portugal é existir pouca reflexão profunda sobre estas matérias, que possa dar aos decisores políticos *inputs* e um pouco mais do que a rotina decisória em que estão mergulhados.